

Economia Social e Solidária

Cooperativismo e desenvolvimento local: uma análise da atuação estratégica da Credcooper de Caratinga/MG

Cooperatives and local development: an analysis of the strategic performance of credcooper de Caratinga/MG

Everton Alves Pereira^I, Sandro Pereira Silva^{II}, Fabio junio de Carvalho^{III}

^I Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil

^{II} Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, DF, Brasil

^{III} Sicoob Credcooper, Caratinga, MG, Brasil

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar como a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Caratinga Ltda – Sicoob Credcooper, tem se transformado em instrumento de desenvolvimento local dentro de sua área de abrangência, dada a adoção de estratégias de atuação e organização para além do crédito, e como que tais estratégias têm impactado localmente. Trata-se de uma pesquisa qualitativa cuja coleta de dados ocorreu por meio de aplicação de entrevistas, observação e pesquisa documental. Três categorias analíticas sintetizam os resultados: i) organização socioeconômica do quadro social, em que se verificou a existência de ações voltadas à estruturação de espaços de participação, educação e deliberação, em convergência com outras atividades socioeconômicas dos cooperados; ii) responsabilidade social cooperativa, com o enfrentamento de problemas sociais das comunidades, desenvolvimento de projetos com públicos diversos, externos ao seu quadro de cooperados; e iii) responsabilidade socioambiental, onde foram verificadas estratégias adotadas para além da responsabilidade socioambiental propostas por órgão regulador.

Palavras-chave: Estratégias; Desenvolvimento Local; Cooperativismo de crédito

ABSTRACT

This article aims to analyze how the Free Admission Credit Cooperative of the Region of Caratinga Ltda - Sicoob Credcooper, has become an instrument of local development within its area of operation, given the adoption of strategies for acting and organizing beyond of credit, and how these strategies have impacted locally. It is a qualitative and descriptive research, whose data collection occurred through the application of interviews, observation and documentary research. Three analytical categories summarize the results: i) Socioeconomic organization of the membership, where it verified the existence of actions

beyond the structuring of spaces for participation, education and deliberation, meeting the needs of other members' socioeconomic activities; ii) cooperative social responsibility, where it was verified the confrontation of social problems of the communities, development of projects with different audiences from its target, extra members of cooperative members; and iii) socioenvironmental responsibility, where strategies adopted in addition to the socioenvironmental responsibility proposed by the regulatory agency were verified

Keywords: Strategies; Local Development; Credit unions

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo é um modelo socioeconômico disseminado internacionalmente que tem como diretrizes básicas a participação democrática, a independência, a solidariedade e a autonomia entre os atores envolvidos, que se unem de forma voluntária em prol da satisfação de suas necessidades (sociais, culturais e econômicas) e superação de suas dificuldades. Enquanto movimento de pessoas e suas organizações, ele tem alcançado relativa posição de destaque em diversos países na construção de uma sociedade mais participativa e igualitária.

As cooperativas apresentam-se como modelos de organização social e são caracterizadas de acordo com as atividades que desempenham, tais como: produção, comercialização, consumo, serviços, crédito, habitação, entre outros. Além de suas respectivas atividades econômicas, elas também se constituem como atores relevantes para o desenvolvimento das comunidades nas quais se inserem seus membros, na medida em que mobilizam capital social e relações de reciprocidade na construção de projetos com objetivos comuns. É possível encontrar na literatura uma diversidade de estudos empíricos que analisam essa relação multidimensional entre cooperativismo e desenvolvimento local, sobretudo em territórios onde as atividades agropecuárias e a concentração de propriedades rurais familiares são marcantes (Pereira; Freitas; Freitas, 2013; Silva, 2014; Silva, Rocha, 2014; Silva; Burigo; Cazella, 2020).

Este estudo buscou abordar justamente essa questão para uma experiência em particular, verificando o potencial de uma cooperativa de crédito enquanto

instrumento de desenvolvimento em sua área de abrangência. Para isso, levou-se em consideração não apenas a atividade intrínseca da cooperativa, segundo sua natureza organizacional, mas também sua atividade extrínseca, relacionada ao conjunto de projetos desempenhados em seu território. Na prática, analisou-se o contexto estratégico de atuação da cooperativa de crédito singular Credcooper, que tem sede no município de Caratinga, microrregião de mesmo nome, em Minas Gerais. São nove municípios em sua área de atuação: os de maior porte são Caratinga e Inhapim, com 85.239 e 24.294 habitantes, respectivamente, e os demais possuem população abaixo de 20 mil habitantes.¹

Para fins de estruturação da discussão, o texto está organizado em seis seções, incluindo esta introdução. A seção 2 apresenta uma síntese do trajeto metodológico adotado. As seções 3 e 4 trazem uma discussão, ainda que breve, acerca dos conceitos de cooperativismo e, mais especificamente, cooperativismo de crédito, e os principais elementos que lhe permitem associá-lo ao processo endógeno de desenvolvimento. A seção 5 apresenta os principais resultados do trabalho, evidenciando o papel da cooperativa no desenvolvimento local a partir de distintas dimensões de análise. Por fim, são tecidas algumas considerações conclusivas.

2 METODOLOGIA

Optou-se por adotar uma abordagem qualitativa de estudo de caso no intuito de descrever e problematizar os fatos relevantes relacionados ao objeto de pesquisa.² A coleta de dados ocorreu em dois períodos: um entre janeiro de 2017 e junho de 2018; e outro entre junho de 2020 e janeiro de 2021.

Os dados primários foram coletados por meio de questionários e entrevistas em profundidade com cooperados e dirigentes da Credcooper. A seleção da amostra foi não probabilística e intencional, seguindo os critérios de acessibilidade e exaustão

¹ Usou-se como base os dados do Censo Demográfico do IBGE, de 2010.

² Em geral, os estudos de caso representam uma estratégia recomendada quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos sociais complexos da vida real. Para maiores detalhes sobre as características de um estudo de caso, ver Triviños (1987) e Yin (2005).

(Vergara, 1998).³ Houve ainda a observação em reuniões da cooperativa e eventos específicos dos projetos realizados nos municípios de sua área de atuação. Foram observados ao menos 15 eventos, como palestras, seminários, reuniões de implantação e avaliação de projetos, bem como as assembleias gerais. As observações foram de caráter não-participante, em que o pesquisador, embora presente no ambiente em que ocorre a ação (e percebido pelos demais), apenas visualiza a dinâmica e as discussões do espaço, sem causar interferência significativa (Triviños, 1987).

Os dados secundários derivam de documentos que estavam à disposição para a pesquisa, quais sejam: relatórios de seminários temáticos (ocorridos na área de atuação), pesquisas de avaliação de programas internos, relatórios de estudos técnicos sobre a região de atuação, atas e informativos publicados.

As diversas fontes de evidências utilizadas possibilitaram o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação por meio de uma triangulação de dados primários e secundários, tendo como parâmetros analíticos os objetivos da pesquisa (Yin, 2005). Na etapa de análise, adotou-se o método “análise de conteúdo” (Bardin, 2009), realizada em três etapas, como sugerido por Laville e Dionne (1999), que foram: o recorte de conteúdo, a definição das categorias e a categorização final das unidades de análise, a fim de otimizar e qualificar a organização das análises requeridas.

Nessa perspectiva, foram estabelecidas as seguintes categorias analíticas para orientar a análise dos dados: i) *organização socioeconômica do quadro social*, envolvendo as ações que envolvem os seus cooperados; ii) *responsabilidade social cooperativa*, isto é, ações e projetos, não necessariamente de responsabilidade estatutária da cooperativa, que são realizadas frente às localidades (área de atuação); e iii) *responsabilidade socioambiental*, em que foram observadas as ações socioambientais desenvolvidas para além da área diretamente associada à atividade econômica da cooperativa. Nas discussões em cada categoria foram citados fragmentos de entrevistas realizadas

³Foram entrevistados por meio de questionário semiestruturados e por meio de entrevista, 372 e 16 cooperados respectivamente. Estes, enquadram-se em segmentações diversas dentro do quadro da cooperativa, sendo associados pessoas físicas e jurídicas. Os dirigentes também responderam às entrevistas semiestruturadas por ocasião de sua presença nos eventos juntamente com os demais cooperados.

e registros do caderno de campo, no sentido de evidenciar o material empírico sistematizado.

3 O COOPERATIVISMO E AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

O cooperativismo é considerado tanto um movimento quanto uma doutrina filosófica originária da Europa, no contexto da Revolução Industrial. A organização mais emblemática (conhecida como pioneira nesse formato de sociedade) surgiu em 1844, na cidade de Manchester (Inglaterra), no distrito de Rochdale, fundada por um grupo de 28 tecelões. Estes “pioneiros” estabeleceram condutas, definiram seus objetivos e traçaram metas que tinham como foco a organização social do grupo. Após um ano de lutas e dificuldades iniciais, eles acumularam um capital de 28 libras e conseguiram abrir as portas de um pequeno armazém cooperativo, com o nome Sociedade Rochdale dos Pioneiros Eqüitativos (*Rochdale Society of Equitable Pioneers*). Ao longo dos anos, a Cooperativa de Rochdale foi se desenvolvendo e adentrando em outras atividades econômicas para a disponibilização de seus associados, sendo posteriormente tomada como modelo de organização para o nascente movimento internacional de cooperativismo (Holyoake, 2005).

Paralelamente a essa experiência, muitas organizações foram formadas em países da Europa, tais como França, Portugal, Alemanha, Noruega, entre outros, inspirados por diferentes ideais de formação política dos trabalhadores. Aos poucos, essas ideias passaram a ser difundidas também em outros continentes.

No caso brasileiro, vários são os autores que traçam esse histórico cronológico acerca do surgimento do movimento cooperativista. Segundo relatos de Menezes (1992), a organização pioneira de um ideal de comunidade cooperativa foi realizada pelos padres jesuítas, ainda no início do século XVII, na região Oeste de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e nas regiões da bacia dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Essas comunidades eram conhecidas como ‘reduções’, no âmbito das quais se praticavam o cooperativismo integral: a terra, os bens e a produção eram em comum.

Para Santos (1998), o movimento cooperativista no Brasil teria sua origem no ano de 1847, por iniciativa do francês Jean Maurice Faivre, que fundou juntamente com um grupo de imigrantes europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Teresa Cristina, organizada em bases cooperativas. O autor afirmou que tal organização, apesar de sua breve existência, foi de suma importância ao “contribuir para a memória coletiva como elemento formador do florescente cooperativismo brasileiro” (Santos, 1998, p.17).

Na busca de um consenso dos órgãos de representação do cooperativismo brasileiro acerca do marco inicial do surgimento das organizações cooperativas no Brasil, sob influência do modelo europeu, Gawlak (2010) ressalta que seu início se deu em 1889, na cidade de Ouro Preto (MG), com a criação da primeira cooperativa de consumo de que se tem registro no Brasil, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Posteriormente, o movimento se expandiu para Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, além de se espalhar por outros municípios de Minas Gerais. Tal modelo organizativo mostrou-se, com o tempo, cada vez mais promissor como alternativa de organização econômica da sociedade, inserindo-se em diversos segmentos econômicos e interagindo em mercados dinâmicos e competitivos, com públicos heterogêneos (Pereira; Freitas; Freitas, 2013).

Em termos de concepção, as cooperativas são organizações de pessoas, com forma jurídica própria, de natureza civil, não sujeita a falência e são constituídas para prestar serviços aos seus associados. As distinções de naturezas organizacional e jurídica em relação às demais sociedades mercantis é que confere às cooperativas as suas especificidades e complexidades. Elas são pautadas por princípios (de estrita observância) que lhe conferem uma dupla finalidade: social e econômica. Tais princípios são também essenciais para a definição de seu papel institucional perante a comunidade local e regional a qual estão inseridas (Schneider, 1999; Cançado; Gontijo, 2009).

Com o desenvolvimento da atividade cooperativista no Brasil, evidenciado pelo crescente número de sociedades em todos os estados, foi criada em 1969 a Organização das Cooperativas Brasileira (OCB), que conta atualmente com unidades estaduais nas 27 unidades da federação. Contudo, como muitos grupos sociais não se viram contemplados com a forma de organização e atuação política da OCB, dominada historicamente por grupos ligados a grandes produtos agropecuários, outras entidades de representação foram surgindo ao longo do tempo, dentre as quais pode-se citar a União de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol) e a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), o que demonstra a complexidade organizacional que envolve a temática no Brasil (Silva, 2020). Essas últimas representam o que Pinho (2004) denominou de *vertente solidária* do cooperativismo brasileiro.

O principal regramento que ainda disciplina o cooperativismo no Brasil é a Lei nº 5.764 de 1971, que instituiu o “regime jurídico” vigente das sociedades cooperativas. Por ela são expressos os principais ramos de atuação do cooperativismo, isto é, os segmentos de atividade econômica que são passíveis de serem constituídas cooperativas. Com o tempo, outras normas de regulação do cooperativismo no Brasil foram aprovadas, com a chamada Lei nº 12.690/2012, voltada à atuação das cooperativas de trabalho (Pereira; Silva, 2012).

Entre os segmentos de atividade econômica encontra-se o cooperativismo de crédito, cuja finalidade é prestar um leque de serviços financeiros para seus associados. Sua origem remonta ao século XIX, quando em 1847, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, criou no povoado de Weyerbusch/Westerwald (Alemanha) a primeira associação de apoio para a população rural, que serviria de modelo para a futura atividade cooperativista de Raiffeisen. No tocante ao contexto urbano, o prussiano Herman Schulze, foi o pioneiro, ao organizar sua primeira cooperativa de crédito na cidade alemã de Delitzsch, em 1856. Em função do local de origem, as cooperativas fundadas por Schulze passariam a ser denominadas como “cooperativas do tipo

Schulze-Delitzsch”, atualmente conhecidas na Alemanha como bancos populares (Burigo, 2007 Menezes; Lajus, 2015).

No Brasil, o cooperativismo de crédito foi bastante influenciado inicialmente pela experiência alemã. Em sua vinda para o Brasil, o Padre Jesuíta Theodor Amstadt – profundo conhecedor do **modelo de Friedrich Wilhelm Raiffeisen** – tratou de colocar em prática esses princípios. Após intenso deslocamento nas comunidades e verificação dos problemas enfrentados pela população, em especial o acesso ao crédito, ele apoiou a criação em Linha Imperial (distrito de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul), a 1ª Cooperativa de Crédito da América Latina, conhecida à época como “*Caixa de Economia e Empréstimos Amstad*”. Posteriormente, surgiram no país outros quatro modelos de cooperativas de crédito: i) as Cooperativas de Crédito Agrícola (modelo alemão Raiffeisen), que deveriam ter em seu quadro social no mínimo 60% de agricultores; ii) Cooperativas de Crédito Mútuo (modelo americano Desjardins), que exigia o vínculo entre os associados (profissão, empresa, ou classe); iii) Cooperativas Populares de Crédito Urbano (modelo italiano Luzzatti), que permitiam a livre admissão de associados (qualquer ramo ou profissão); e iv) as Cooperativas de Crédito Profissionais, de classe ou de empresas, que não exigiam vínculo entre os associados, desde que tivessem características comuns entre si.

Com o passar do tempo, conforme afirma Búrigo (2007), somente as cooperativas de crédito mútuo conseguiram enfrentar as limitações legais e se adequar às novas regras que o governo havia criado para regulamentá-las a partir da década de 1960, com a Reforma do Sistema Bancário nacional (Lei nº 4.595/1964), popularmente conhecida à época como Lei da Reforma Bancária. Tal legislação estabeleceu normas gerais da política financeira, eliminando quase totalmente as cooperativas de crédito (raiffeiseanas, luzzattianas, urbanas e rurais). Ademais, ela equiparou as cooperativas de crédito às demais instituições financeiras, passando a ser fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Somente com a Lei nº 5.764/1971 é que as cooperativas foram definidas como sociedade de pessoas, de natureza civil, embora tenha mantido

a fiscalização e o controle das cooperativas de crédito (e das seções de crédito das agrícolas mistas) com o Bacen.⁴

Não obstante às imposições institucionais, o cooperativismo de crédito cresceu de forma significativa no Brasil nos últimos anos. Dados do Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) de 2019, do Banco Central, informam que, apesar da redução no número de unidades de atendimento (unidades sede), sobretudo em função da incorporação e dissolução de cooperativas, houve crescimento de 12,2% em relação ao número de Postos de Atendimento Cooperativo (PAC), correspondendo a um acréscimo final de 659 unidades. De acordo com esses dados, o cooperativismo de crédito fechou o ano com 884 cooperativas singulares, com mais de 6.830 postos de atendimento em todo o país, inserindo-se em 47% dos municípios brasileiros. O relatório também informa um crescimento de “9,6% em relação a 2018 do número de cooperados, totalizando aproximadamente 10,9 milhões de cooperados, sendo 9,4 milhões de pessoas físicas e 1,5 milhão de pessoas jurídicas” (Bacen, 2019; p. 10), o que elevou em 4,5%, o percentual da população associada a cooperativas de crédito no país. Em termos de ativos totais, o SNCC atingiu o valor de R\$ 274 bilhões em dezembro de 2019, crescimento de 16,2% no ano, enquanto o Sistema Financeiro Nacional cresceu aproximadamente 6%.

Ainda conforme o Panorama do Banco Central (Bacen, 2019), o SNCC permaneceu composto por quatro sistemas de cooperativas de crédito de três níveis (com cooperativas de 1º, 2º e 3º grau), sendo eles: Cresol, Sicoob, Sicredi e Unicred. Além destes, há outros cinco sistemas de cooperativas de crédito que possuem apenas dois níveis (com cooperativas de 1º e 2º grau), que são: Central Cooperativa de Crédito (CECOOP), Cooperativa Central de Crédito (AILOS), Central das Cooperativas de Crédito Mútuo do Rio Grande do Sul (Cecresul), Central de Cooperativas de Crédito Ltda (CrediSIS) e Central Interestadual de Cooperativas de Crédito Ltda.

⁴Para uma análise da evolução normativa do cooperativismo de crédito no Brasil, ver também Mendonça (1957), Meinen (2002) e Pinho (2004).

Em 1995, surgiram dois Bancos Cooperativos no país, Bancoob e Bansicredi, por meio da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.193/1995. Após sua criação, verificou-se maior organicidade piramidal dos principais sistemas de crédito, além de permitir o acesso de suas cooperativas às câmaras de compensação de cheques e outros papéis, bem como possuir conta de Reserva Bancária no Banco Central, diminuindo assim seus custos operacionais (Pinho, 2004).

O cooperativismo de crédito no Brasil também tem contribuído para o desenvolvimento dos municípios, não “apenas” com a disponibilização de serviços bancários, mas por possibilitar alternativas de acesso ao crédito a públicos historicamente excluídos, dada sua forma diferenciada de organização (Abramovay, 2000; Ferreira; Gonçalves; Braga, 2007; Silva, 2017). Ademais, as cooperativas de crédito permitem maior aproximação e relacionamento com outros entes públicos e privados. Como exemplo, nos municípios não atendidos pela rede bancária convencional, elas prestam serviços relevantes na realização de folha de pagamentos de prefeituras e câmaras municipais, além de operacionalizar linhas de crédito rural, em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).⁵

É válido ressaltar ainda que, em função dos usuários das operações e serviços das cooperativas (associados/donos) serem, em geral, cidadãos das próprias comunidades, eles possuem relação mais direta na tomada de decisões sobre a vida operacional (customização de produtos e serviços). Significa que, como instrumentos de desenvolvimento local, elas possuem autonomia para ajustar a sua política creditícia e de gestão da poupança à realidade local, desde que não comprometa os indicadores regulares de acompanhamento do Bacen. Outro fator que evidencia seu papel no desenvolvimento local consiste na obediência dos princípios inerentes ao movimento cooperativista, em especial o 7º princípio, que trata sobre o *interesse pela comunidade*. Esse princípio abre um rol de possibilidade de atuação a favor da comunidade, seja através de projetos e ações em diversas áreas, como a responsabilidade social e ambiental, com o envolvimento de seus diversos públicos, conforme abordado nas seções seguintes.

⁵ Para mais informações sobre o PRONAF, ver Alves et al. (2022) e Valadares (2021).

4 DESENVOLVIMENTO LOCAL E A PARTICIPAÇÃO DO COOPERATIVISMO

A literatura científica em torno do conceito de desenvolvimento abrange uma diversidade de definições possíveis, de acordo com as diretrizes analíticas e empíricas em torno dos objetivos traçados pelos pesquisadores.

Para pensar o desenvolvimento a partir de seus parâmetros endógenos, envolvendo temáticas locais como a atividade econômica, processos políticos, educação, saúde, meio ambiente, dentre outras, Brandão (2008) e Sabourin (2010) apresentam uma abordagem centrada nas capacidades organizativas dos atores (públicos e/ou privados). Eles destacam exemplos de inúmeros arranjos de caráter cooperativista em diferentes partes do país, seja para a resolução de problemas concretos ou provisão local de serviços públicos. Nessa perspectiva, são distintas as possibilidades de promoção do desenvolvimento territorial através das organizações coletivas (ou dispositivos coletivos e institucionais) como associações, cooperativas e/ou arranjos informais, interagindo-se por meio do manejo de bens comuns e coletivos essenciais ao desenvolvimento de um determinado território (Buarque, 2002; Dallabrida *et.al.*, 2004; Tonneau; Cunha, 2005; Brandão, 2008; Sabourin, 2006; 2010).

O aspecto “local” ou “territorial”, pode ser entendido não apenas como recorte espacial específico, regulamentado normativamente, mas sim, como espaço de atuação e alcance institucional, sobre o qual incidem as ações coordenadas e as estratégias de desenvolvimento dos atores envolvidos (Silva, 2014b), compreendendo a “constituição do tecido social em que permeiam as relações entre os indivíduos e organizações” (Freitas; Freitas, 2013, p. 177). No âmbito desses espaços, os processos promotores do desenvolvimento serão aqueles cujos próprios atores se envolvem e se apropriam, gerando capacidades endógenas de articulação e continuidade, conforme suas potencialidades (Abramovay, 2000; Buarque, 2002).

Abramovay (2000) ressaltou a incorporação do termo capital social ao vocabulário das instituições internacionais de desenvolvimento. Em uma tentativa de traçar a genealogia do conceito, Baron *et al.* (2000) e Cançado e Maciel (2002) destacaram pelo menos três origens, que ganham materialidade a partir das obras de Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam. De acordo com a definição de Putnam, por exemplo, o capital social pode ser entendido como “traços da vida social – redes, normas e confiança – que facilitam a ação e a cooperação na busca de objetivos comuns”. (Putnam, 1993b, P. 38). Uma das razões para a rápida e crescente difusão do conceito e sua relação ao desenvolvimento, deve-se, em parte, ao fato de reconhecer a existência de recursos embutidos em estruturas e redes sociais, não contabilizados por outras formas de capital, e a valorização de sua importância para o desempenho econômico (Albagli; Maciel, 2002).

Alguns exemplos têm se destacado como iniciativas de desenvolvimento local, construídas e geridas sob formas organizacionais coletivas, onde a interação e a coesão social mobilizam esforços e recursos materiais e imateriais, tem estimulado a reflexão sobre o papel do capital social. Nesse sentido, destaca-se a atuação de algumas cooperativas autogestionárias, sobretudo pela geração de novas oportunidades de trabalho e renda, na redução de desigualdades sociais e regionais, na elevação do nível de qualidade de vida das comunidades, entre outras possibilidades. Atribui-se ainda às organizações cooperativas a capacidade de induzir a articulação dos atores locais para enfrentamento e superação de desafios comuns, por meio da contribuição recíproca de bens e serviços, em um processo baseado na autonomia, democracia participativa e solidariedade (Albagli; Maciel, 2002).

Portanto, com base nas discussões desta seção e da anterior, é possível considerar o cooperativismo como um paradigma de articulação social que guarda forte correlação com o desenvolvimento local. As cooperativas, baseadas em valores e princípios que reafirmam a ação conjunta e a potencialização de recursos endógenos, apresentam-se como alternativa para que os atores envolvidos possam

planejar objetivos e estratégias comuns, viabilizar bens e serviços, e com isso, superar dificuldades socioeconômicas das mais diversas naturezas, desde que tenham a seu alcance o devido conhecimento técnico (Santos, 2002; Frantz, 2003; Meinen; Port, 2012; Silva, 2020).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do recorte proposto e do caráter analítico deste trabalho, optou-se por apresentar os resultados da seguinte forma. Primeiramente, é descrito um breve panorama histórico de formação da atual estrutura organizativa da Credcooper e alguns indicadores relativos à sua área de atuação. Em seguida, são descritas as informações analisadas com base nas três categorias anteriormente enunciadas, tendo em vista que elas foram priorizadas como pontos principais de contribuição da cooperativa para o desenvolvimento local, no contexto sobre o qual ela se apresenta.

5.1 A Credcooper e suas atividades intrínsecas

A história da Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais da Região de Caratinga Ltda, designada pela sigla Credcooper, está associada à história da Cooperativa dos Produtores de Cana da Região de Caratinga Ltda – Copercana, surgida no contexto da atividade canavieira na microrregião de Caratinga/MG.

De acordo com os registros da pesquisa de campo, a Copercana tinha como propósito ser um agente de desenvolvimento da canavicultura para produção de etanol na microrregião. Contudo, além da necessidade de compras conjuntas de insumos, havia a necessidade de produtos e serviços financeiros que atendesse às demandas dos cooperados, o que os levou a se mobilizar em torno da criação de uma nova cooperativa que pudesse atendê-los. Assim, após a sensibilização e mobilização de 22 cooperados, a formalização de seus atos constitutivos ocorreu em 1984. Com isso, foi constituída a Credcooper, com o propósito de ser um agente financeiro capaz de estruturar e operacionalizar as demandas creditícias do quadro social da Copercana.

Em função de uma série de questões administrativas, a Copercana não obteve êxito quanto a sua finalidade principal, vindo a ser decidido em Assembleia Geral Extraordinária o seu processo de liquidação no ano de 1989. Como a atividade de crédito teve seu surgimento atrelado ao da organização dos produtores de cana, que acabara de passar por um processo de liquidação, houve a paralisação dos serviços financeiros aos cooperados. Todavia, o órgão de administração da Credcooper manteve organizada e atualizada as documentações da sociedade, para que, mesmo com a paralisação das atividades da outra cooperativa, ela pudesse ser retomada em algum momento.

Assim, a cooperativa de crédito permaneceu inativa até o início de 1992, quando foi então reativada por iniciativa de outra organização. Nessa ocasião, a Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Caratinga Ltda (Coopercafé), reativou a Credcooper, com o objetivo de estabelecer uma nova opção de serviços financeiros aos cafeicultores, em especial, operar o crédito rural, dessa vez com recursos próprios. Como havia a necessidade de um agente financeiro para suprir a necessidade da época, principalmente de repasse de recursos financeiros para seus cooperados e também dar suporte às operações financeiras ligadas à produção e comercialização do café, foi realizada uma análise por parte do Banco Central em 1991, autorizando a Credcooper a retomar suas atividades. Em fevereiro de 1992, a cooperativa de crédito reabriu as portas de sua unidade para atendimento ao público. Inicialmente, funcionava no mesmo imóvel (salas separadas) da Coopercafé, atendendo necessidades financeiras básicas dos cooperados produtores. Na época, as cooperativas de crédito tinham permissão para operarem apenas pela segmentação econômica, o que limitava a atuação apenas ao público “agricultores/produtores rurais”.

Com o crescimento e desenvolvimento das atividades operacionais, logo surgiu a necessidade de um local próprio e independente. A Credcooper adquiriu um antigo imóvel, sede da extinta Minas Caixa, passando a utilizar tal instalação como sua sede até o ano de 1996, quando transferiu suas atividades para outro imóvel, permanecendo nesse anterior apenas o seu centro administrativo.

Com a ampliação de suas instalações, o crescimento e o desenvolvimento de suas operações, a Credcooper readquiriu a credibilidade perante os cooperados, que havia sido afetada pela liquidação e dissolução da Copercana. Em 2001, ocorreu sua filiação à Central Crediminas, ligada ao sistema de crédito Sicoob, passando a utilizar a denominação Sicoob Credcooper. A filiação ao sistema Sicoob trouxe avanços em relação à estruturação e solidez para a cooperativa, além de permitir a incorporação de padrões de normatização, processos de trabalho e identidade de sistema. Como reflexo dessa reestruturação, ocorreu a abertura de agências filiais nos municípios circunvizinhos. O primeiro foi Santa Barbara do Leste, que incorporou a Credita (cooperativa de crédito de Santa Rita de Minas). Posteriormente, foram abertas filiais em Inhapim, São Domingos das Dores, Vargem Alegre, Piedade de Caratinga, Ubaporanga e São Sebastião do Anta. Na maioria destes municípios, as agências da Credcooper representam a única instituição financeira para o atendimento à população local.

Para os cooperados desses municípios, a presença da cooperativa foi fundamental para a economia local, haja vista que os recursos financeiros (comércio, empregos e renda) puderam circular e se fixar no âmbito municipal. Os impactos podem ser percebidos a partir da disponibilidade de crédito no meio rural, além de projetos de suporte para os cooperados e nos comércios dos centros urbanos, cuja atividade tende a ser bastante prejudicada na ausência de instituição financeira.

Até o ano de 2008 a Credcooper era uma cooperativa segmentada, podendo admitir em seu quadro social de cooperados apenas produtores rurais. Nesse mesmo ano, fez-se a opção de ser uma cooperativa de livre admissão, podendo associar ao seu quadro, todos os segmentos (opção dada pela Resolução BACEN nº 3.321, de 30 de setembro de 2005).

De acordo com dados de 2019, a cooperativa contava com um centro administrativo, uma agência central, nove agências (filiais) e quatro correspondentes financeiros, através dos quais atendem em torno de 12 mil cooperados e abrigam 152 colaboradores. Seu perfil social pode ser visualizado por município conforme a

tabela 1, cujos dados indicam que os associados produtores não são mais a maioria, representando cerca de 30% do quadro social. Já a tabela 2, em seguida, mostra a consolidação geral de seu quadro social, que apresentou crescimento nos últimos quatro anos de 21,8%, acompanhado de uma variação negativa da média de capital social por cooperado em 7,8%.

Tabela 1 – Perfil do quadro social da Credcooper

Agências (MUNICÍPIOS)	Total Associados 1	Produtor Rural	Não Produtor Rural	Pessoa Física	Pessoa Jurídica
Caratinga	4.850	1.016	3.834	3.630	1.220
Inhapim	865	270	595	662	203
Santa Rita de Minas	952	286	666	817	135
Santa Bárbara do Leste	1.192	501	691	1.081	111
Ubaporanga	721	246	475	587	134
São Sebastião do Anta	547	271	276	469	78
Vargem Alegre	930	141	789	758	172
São Domingos das Dores	882	385	497	797	85
Piedade de Caratinga	1.025	396	629	897	128
IMBÉ DE MINAS ²	0	0	0	0	0
Total	11.964	3.512	8.452	9.698	2.266

Fonte: Registros administrativos da Credcooper

Notas: 1) Dados tabulados por agência antes do encerramento do exercício social (em 31/12/2019)

2) Dados tabulados por agência antes do encerramento do exercício social (em 31/12/2019)

Tabela 2 – Evolução do quadro e capital social da CREDCOOPER

ano	2016	2017	2018	2019
nº de associados	10.753	12.814	12.676	13.757
nº de associados (H)	5.736	2.610	6.040	2.794
nº de associados (M)	2.610	6.040	2.794	6.548
nº de associados (PJ)	2.407	4.164	3.842	4.415
capital social (em R\$) ¹	25.105.455,00	27.798.777,00	28.518.424,00	29.806.756,00
Δ capital/per capita	R\$ 2.334,74	R\$ 2.169,41	R\$ 2.249,80	R\$ 2.166,66

Fonte: Relatório de Gestão da Credcooper 2019 (o nº de cooperados informado difere da Tabela nº 1, por se tratar de dado consolidado ao fim do exercício – em 31/12 – de 2018)

Nota: 1) Valores correntes da época

Como consequência dessa evolução, registrou-se um significativo aumento das operações ao longo dos anos, em especial nas cidades onde a cooperativa era a única instituição financeira. A tabela 3 apresenta uma síntese da evolução dos serviços financeiros da cooperativa, considerando o período a partir de 2015. Pelos dados é possível perceber uma variação positiva de 108% no total de poupança captada, ou seja, mais que dobrando seu valor no período, e 71% no total de depósitos. Tal resultado permite identificar a cooperativa como importante agente de dinamização da atividade econômica nos seus municípios de abrangência.

Tabela 3 – Evolução dos principais serviços financeiros da Credcooper – em R\$ ¹

Serviços	2015	2016	2017	2018	2019	Variação % (2015-2019)
Poupança	28.973.731	37.648.026	37.099.750	56.110.035	60.271.997	108,0
Dep. à vista	35.675.744	37.411.897	42.804.892	46.804.891	57.701.156	61,7
Dep. a prazo	55.307.181	77.196.396	75.112.208	107.217.771	97.811.803	76,9
Dep. Total	90.982.925	114.608.292	117.917.100	154.022.662	155.512.959	70,9
Op. de crédito	92.780.351	123.167.849	158.862.417	173.484.487	219.204.292	136,3

Fonte: Registros administrativos da Credcooper

Nota: 1) Valores correntes da época

Vale destacar ainda a relevância da participação da agricultura familiar na composição do quadro de associados da cooperativa, representando em média cerca de 60%, quando se observa o total de sócios portadores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), como demonstra a tabela 4. Com isso, além de apoiar a atividade de um seguimento social conhecido pela multidimensionalidade na sua relação com o território em que se insere, a cooperativa se torna um instrumento importante também para canalizar recursos públicos via programas governamentais de crédito subsidiado, como no caso do Pronaf, que se tornam fontes significativas de liquidez para a economia dos municípios (Silva, 2014; 2015; Silva; Ciríaco, 2023; Valadares, 2021).

Tabela 4 – Participação da agricultura familiar no total de sócios da Credcooper, por agência

AGÊNCIAS	TOTAL DE SÓCIOS	DAP ATIVA	DAP INATIVA	TOTAL	% SÓCIOS COM DAP
Caratinga	1.565	376	558	934	0,60
Inhapim	485	116	159	275	0,57
Santa R. de Minas	390	98	127	225	0,58
Santa B. do Leste	469	111	163	274	0,58
Ubaporanga	497	125	166	291	0,59
São S. do Anta	400	106	125	231	0,58
Vargem Alegre	228	52	86	138	0,61
São D. das Dores	566	147	167	314	0,55
Piedade de Caratinga	520	138	167	305	0,59
Imbé de Minas	0	0	0	0	-
Digital	178	33	78	111	0,62
TOTAL	5.2981	1.302	1796	3.098	0,58

Fonte: Registros administrativos da Credcooper

Nota: 1) Os valores diferem da tabela 1, por serem dados consolidados, pós fechamento do exercício social em 2019

Com relação a seus departamentos internos, a Credicooper conta com uma Gerência de Competitividade Sustentável, criada exclusivamente para gerir uma carteira de ações e projetos voltados ao pleno desenvolvimento dos cooperados e suas comunidades. Nos tópicos seguintes são listados alguns desses projetos.

5.2 Organização socioeconômica do quadro social

No tocante à doutrina cooperativista, a análise do tópico “Organização do quadro social” (OQS) perpassa a mera ação de organizar e/ou estruturar o conjunto de cooperados para sua participação e controle democrático no âmbito interno da cooperativa (Valadares, 1995; Freitas *et al.*, 2010). A ótica aqui colocada centra-se no papel extra organizativo da Credcooper, ao encontro de ações que impactam outros aspectos da vida dos cooperados, por meio de atividades de natureza culturais, sociais e econômicas.

Ainda que tais ações e projetos, alinhados com o tema OQS, gerem, qualifiquem e aumentem a participação dos cooperados, buscou-se compreender a relação dessas ações com o fortalecimento de grupos de cooperados, nas diversas comunidades (urbanas e rurais) dos municípios de atuação da cooperativa. Isto é, independentemente

da implementação de núcleos e/ou comitês e o fortalecimento da participação e tomada de decisão, analisou-se as ações voltadas ao desenvolvimento local que melhoraram a relação da Credcooper com seus cooperados.

De acordo com o relatório de gestão da cooperativa, todas as ações desenvolvidas foram agrupadas em um único programa, denominado “Programa de OQS: cooperação e reação”. No âmbito desse programa, foi identificada na pesquisa uma carteira de projetos, diretamente ligados à estratégia macro de OQS, totalizando seis ações, a saber: i) Pré-Assembleias; ii) Projeto Gestão da Qualidade em Campo (GQC); iii) Projeto Sebrae Pessoa Jurídica; iv) Educação Cooperativista para os Funcionários e Conselheiros; v) Capacitação de Multiplicadores; e vi) Assistência Técnica e Gestão (AT&G). A tabela 5 lista esses projetos, segundo os públicos de interesse presentes no quadro social.

Tabela 5 – Portfólio de projetos da Credcooper e suas partes interessadas

	Partes interessadas da Credcooper				
	Agricultor/ Prod. Rural	Pessoa física	Pessoa jurídica	Colaboradores	Comunidade
Projetos	AT&G	-	SEBRAE PJ	Educação Cooperativista para Funcionários	Construindo o Amanhã
	GQC	-	-	Capacitação de Multiplicadores	-
	Feira de Negócios Agropecuários (FENASC)	-	-	-	-
	Nascente Viva	Café com o Cooperado DIA DE COOPERAR - DIA C			

Fonte: Registros administrativos da Credcooper

Dentre essas ações, algumas caracterizam-se mais como de responsabilidade intrínseca à própria cooperativa, seja por sua natureza organizacional, seja por questões principiológicas, como por exemplo, as Pré Assembleias, que são de caráter quase que obrigatório em cooperativas com quadro social numeroso. Por sua vez, projetos de Educação Cooperativista para os Funcionários e Conselheiros, e

Capacitação de Multiplicadores, obedecem à uma questão principiológica, já que o 5º princípio do cooperativismo propõe a “Educação, formação e informação”. Nesse caso, a ação traduzir-se-ia na formação, capacitação e constante requalificação de diretores, conselheiros, líderes e funcionários (colaboradores).

Podemos evidenciar o atendimento de dois públicos relacionados à cooperativa, em temáticas extra crédito e com objetivos extra institucionalização de espaços de participação. Em ambas as ações, destacamos a capacidade de articulação de parcerias para o desenvolvimento de atividades voltadas aos cooperados e com foco no atendimento de necessidades não financeiras, contemplando outras dimensões de suas atividades socioeconômicas. Uma delas refere-se ao desenvolvimento de micro e pequenos negócios urbanos, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae/MG), cujo objetivo é disponibilizar capacitações e ferramentas de gestão para os cooperados pessoas jurídicas, não necessária e estritamente voltadas à gestão financeira. A segunda diz respeito ao desenvolvimento das atividades rurais, que visa prestar assistência direcionada aos cooperados cafeicultores, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Minas Gerais (Senar/MG), com o objetivo de fortalecer a gestão da qualidade e produtividade de pequenas propriedades. Tal assistência ocorre na forma de ações de AT&G, que são contínuas, e GQC, na modalidade curso modular, com a emissão de certificado de conclusão ao final da participação do cooperado.

Tabela 6 – Perfil das famílias atendidas pelos programas AT&G e GQC

Programa	nº de famílias atendidas (propriedades)	Atividade principal	Renda Bruta Mensal (em R\$)¹	Valor Conta Capital (em R\$)¹	Saldo Devedor Rural (em R\$)¹	Saldo Devedor Total (em R\$)¹
AT&G	35	Cafeicultura	13.616,82	6.975,65	75.096,98	84.915,28
GQC	45		7.538,11	3.270,11	43.544,00	47.456,50

Fonte: Registros administrativos da Credcooper

Nota: 1) Valores correntes da época

As ações resultantes das parcerias com o Senar/MG, para desenvolvimento dos programas AT&G e GQC junto ao quadro social da Credcooper, requerem uma análise distinta. A tabela 6 informa o perfil socioeconômico e a situação financeira dos cooperados atendidos.

A realização desses dois programas junto ao quadro social da Credcooper – a qual tem papel apenas como sensibilizadora, mobilizadora e organizadora do público parceiro – desperta a atenção para duas questões complementares entre si, sendo a intencionalidade e a estratégia de seleção das famílias atendidas por parte da cooperativa. *A priori*, é passível de discussão as intencionalidades da cooperativa na inserção de seus cooperados, categorizados como agricultores familiares e demais produtores rurais, no âmbito de programas exclusivamente identificados com o público rural. Isto porque, como a tabela 5 evidencia, a média elevada de seus respectivos saldos devedores, tanto rural quanto total, em relação a seu baixo capital social (quotas de capital), pressupõe um interesse em melhorar a qualificação técnica e gerencial, com vista à elevação do padrão técnico-produtivo e econômico destas famílias – associado à perspectiva de melhoria do relacionamento financeiro dos atendidos – bem como a solvência de seus compromissos junto à instituição. Tal correlação é compreensível, uma vez que parte da literatura ressalta que a inadimplência tem sido a causa mais importante das perdas e da insolvência das cooperativas de crédito, e um pequeno percentual já resulta em impacto negativo nas receitas e aumento dos custos administrativos (Westley; Shaffer, 1999; Lima; Amaral, 2011).

Não obstante, cabe-nos outra análise evidenciada durante as entrevistas, e que reflete a estratégia de escolha deste perfil de cooperado. Do ponto de vista de seus objetivos sociais (art. 2º do Estatuto Social), não consiste em atividade principal da cooperativa todo esse rol de esforços, como diagnóstico, análise individualizada, sensibilização e mobilização das famílias/propriedades atendidas, sendo papel da entidade de execução. Ademais, não seria a preocupação com a inadimplência como direcionadora da viabilização dessas ações, mas sim, uma forte vinculação histórica

com o público rural, haja vista que, como narrado acima, a Credcooper tem sua história associada aos agricultores produtores de cana e café.

Essa vinculação com o público rural, no âmbito das ações de organização socioeconômica de quadro social, é perceptível também nas expressões mais comuns dos cooperados, captadas durante as entrevistas. Ao ser indagado acerca da fundamentação e resultados destas ações, um deles afirmou que “o projeto GQC é importante, porque é fundamental apoiar os produtores rurais porque nossa região é muito grande, produz de tudo, café, hortas e pecuária”. Outro cooperado ressaltou, de forma enfática, que “o projeto GQC é um dos projetos que traz um desenvolvimento fantástico no campo, por se tratar de um projeto de gestão em parceria com o Senar, trazendo conhecimento, (...) e também por agregar a família”.

Ao longo da implementação da estratégia de OQS, em síntese, foi possível identificar a ação proativa da Credcooper para com a sustentabilidade dos negócios de seus cooperados. Nesse processo, tem se destacado ainda a busca por parcerias com os sistemas de aprendizagem, sindicatos, associações e outras organizações locais de produtores. As iniciativas desenvolvidas com foco no fortalecimento dos negócios dos cooperados têm contribuído para uma postura institucional também centrada no desenvolvimento das famílias, suas propriedades e comunidades.

5.3 Responsabilidade social cooperativa

Analisando etimológica e historicamente o conceito de responsabilidade social, muito se tem discutido sobre o que é e como devem proceder as organizações frente à sociedade. Segundo Tenório (2015), não há um único fator motivador de tal responsabilidade, podendo ocorrer em função de pressões externas (legislação), de maneira instrumental (elevação de nome/imagem e preferência perante a comunidade) e por questões econômicas (em função de impactos negativos nas esferas sociais, trabalhistas e outras). Em suma, pode-se entender por responsabilidade social as ações das diversas organizações que vão além de objetivos econômicos e obrigações

legais, com benefícios para a sociedade. Nesse sentido, pode-se dizer que a prática da responsabilidade social é vista como intrínseca à atividade das cooperativas, que assumem como um de seus princípios o “interesse pela comunidade” (Jesus; Sarmiento; Duarte, 2017).

Os projetos desenvolvidos nessa categoria pela Credcooper foram denominados de responsabilidade social cooperativa, identificados através de entrevistas junto a cooperados, colaboradores e dirigentes. Entre eles estão: o Dia C; o Construindo o Amanhã; e o Educação Financeira e Cooperativista nas Escolas (crianças e jovens).

O Dia C é um programa nacional realizado pela OCB, cuja ideia central consiste que as cooperativas desenvolvam programas de responsabilidade social em prol de suas comunidades ao longo do ano. Logo, como se trata de uma ação na qual as cooperativas podem aderir ou não, e que é uma diretriz do sistema cooperativo, não analisaremos como algo inovador e espontâneo de responsabilidade estrita da Credcooper.

As outras duas ações elencadas passaram a ser incorporadas na agenda organizacional da cooperativa. O projeto Construindo o Amanhã consiste na promoção de cursos profissionalizantes para jovens carentes, residentes em bairros de elevada vulnerabilidade social e econômica, localizadas em municípios da área de atuação da cooperativa. São estabelecidas parcerias para a seleção dos jovens, os quais passam a receber oportunidades de qualificação para ingresso no mercado de trabalho, elevando sua qualidade de vida. Por sua vez, o projeto de Educação Cooperativista nas Escolas consiste em promover o ideal cooperativista e a educação financeira junto a crianças, adolescentes e jovens nas escolas municipais e estaduais, localizadas nos municípios da área de abrangência da Credicooper.

Dentre as ações supracitadas, uma merece atenção especial, por não possuir, até então, nenhuma vinculação ao quadro social, mas que guarda em si uma diretriz principiológica. Trata-se do projeto “Construindo o Amanhã”, o qual passou a integrar o rol de ações permanentes da cooperativa, e que já atendeu 200 jovens (111 mulheres

e 89 homens) de comunidades carentes do município sede da cooperativa. O referido projeto foi concebido inicialmente como uma ação de educação cooperativista junto a jovens cooperados e filhos de cooperados. No decorrer de sua construção, houve uma mudança de diretriz, a qual passou a vincular-se ao 7º Princípio do Cooperativismo – Interesse pela comunidade. Com esta concepção, o projeto ampliou seu escopo, passando a ter como público jovens de bairros carentes, em situação de risco e vulnerabilidade social, sem relação direta com a Credcooper. O projeto, de realização anual, mescla a discussão de temas relacionados à educação cooperativista e empreendedorismo social sob uma perspectiva de empregabilidade futura destes jovens. Para consecução dos objetivos, a cooperativa firmou parceria com a Fundação Educacional Cidade dos Meninos (FUNCIME), uma fundação pública de direito público, para a execução do plano de trabalho e ações de qualificação profissional. Em seu primeiro ano de execução, houve a participação de 37 alunos, sendo 24 mulheres e 13 homens, com resultados considerados satisfatórios pelos organizadores e participantes.

5.4 Responsabilidade Socioambiental

A política de responsabilidade socioambiental (PRSA) aplicada ao setor financeiro resulta de uma discussão deste segmento com a sociedade, iniciada em 2011, a qual culminou na realização de audiência pública cujo edital foi divulgado durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Como síntese dessa Conferência, o sistema financeiro, por meio da Resolução BACEN nº 4327/2014, que estabelece prazo e forma para todas as instituições integrantes do sistema, adotarem a PRSA, inclusive o sistema cooperativo de crédito.⁶

⁶Anteriormente à edição da resolução de que trata da PRSA, o movimento cooperativo já dialogava com as questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável. A nível mundial, em 2012 a Organização das Nações Unidas declarava o referido ano, como o Ano Internacional das Cooperativas, com vistas à elevar a forma cooperativa de fazer negócio a um novo patamar. Para isso, firmaram um compromisso denominado de Plano para uma década Cooperativa, estruturado em 5 eixos, sendo um deles a “sustentabilidade”. Assim, a sustentabilidade aqui é entendida como aquela ligada a integração das dimensões ambiental, econômica e social na fiscalização global e gestão responsável de recursos. Atualmente, a antiga Agenda dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) já se encontram traduzidos nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos para uma agenda até 2030.

No entanto, desde o ano de 2014, poucas cooperativas de crédito têm dedicado atenção a esta determinação legal, como também não têm buscado uma aproximação com os ODS.⁷ As poucas cooperativas que desenvolvem ações na área de responsabilidade socioambiental, além da consonância com tal regulamentação, suas ações têm perpassado o teor legal do referido normativo. Como exemplo, é cada vez mais crescente, o número de cooperativas que assumiram para si, a responsabilidade ambiental junto ao quadro de cooperados, estimulando e desenvolvendo ações em zonas rurais.⁸

Em relação à prática da responsabilidade socioambiental no ambiente organizacional da Credcooper, o destaque fica por conta do projeto denominado Nascente Viva. O projeto tem como objetivo a promoção de ações socioambientais com foco principal em recuperação e proteção de nascentes, mas que também envolvem construção de barraginhas, fossas sépticas, e caixas de contenção situadas em propriedades rurais de cooperados. Para isso, primeiramente são estabelecidas parcerias com os produtores, e em seguida são selecionadas as nascentes onde ocorrerão as intervenções. Para cada atividade de recuperação é realizada uma introdução teórica em forma de Dia de Campo e/ou Seminário, e logo após é concluída a atividade prática de recuperação da nascente, em um processo participativo com os cooperados presentes. Entre os anos de 2016 a 2020, foram recuperadas 29 nascentes (em todos os municípios de atuação). Elas são catalogadas, identificadas suas coordenadas geográficas e demarcadas por meio de fixação de placas com informações sobre a vazão antes e pós recuperação. A tabela 7 sintetiza esses resultados.

⁷ De acordo com Ike *et al.* (2019) há uma escassez de trabalhos científicos que retratem a atuação organizacional em prol da consecução dos ODS.

⁸ Embora pareçam atividades sem vinculação direta com o ramo crédito, tem-se que, é justamente este crédito que financia todas as atividades econômicas, das quais algumas impactam direta e/ou indiretamente os recursos integrantes do meio ambiente, e são ações intrínsecas, próprias da sustentabilidade (SCHNEIDER, 2015).

Tabela 7 – Dados do Projeto Nascente Viva (recuperação de nascentes)

nº de nascentes recuperadas	nº dias de campo	nº de seminários temáticos	Beneficiários	
			Diretos	Indiretos
29	29	13	1.800	20.000

Fonte: Registros administrativos da Credcooper

Obs.: Para o nº de beneficiários diretos são considerados os residentes na mesma localidade da nascente recuperada, e os indiretos, aqueles que recebem água da fonte hídrica recuperada

No que tange à percepção de cooperados e dirigentes, ambos, ressaltaram em entrevistas que tal projeto é “uma questão de necessidade [...] temos que ver o associado sendo beneficiado com estes projetos, seja na área hídrica, na agricultura e gerando sustentabilidade” (dirigente da Credcooper). Para além da sensibilização e mobilização de público interno, as ações de responsabilidade socioambiental têm conferido à Credcooper papel de principal instituição articuladora e executora de tais ações em sua área de abrangência, em parceria com outras organizadas públicas e da sociedade civil.⁹

6 CONCLUSÃO

A presença de instituições financeiras de natureza cooperativa em pequenos municípios exerce uma função relevante para a dinâmica econômica local, não apenas pela oferta de produtos e serviços financeiros customizados para seu quadro social, mas também por ser, em muitos casos, a única opção provedora de tais insumos nesses municípios. Analisando a trajetória da Credcooper, na microrregião de Caratinga/MG, este estudo permitiu visualizar sua relevância para seu território de incidência, inclusive por meio da capacidade de desenvolver ações e projetos que ultrapassam sua finalidade enquanto instituição de natureza financeira.

Ao considerar sua área de abrangência, que engloba nove municípios, seu quadro social e sua diversificação societária em função de seu perfil de livre admissão, foi possível evidenciar a ocorrência de estratégias variadas direcionadas tanto aos

⁹ Um dos resultados deste trabalho pode ser verificado com a recente assinatura, em 2021, de parceria com o Sebrae-MG para a execução do Zoneamento Ambiental Produtivo (Programa Revitalizar) em sua área de atuação.

cooperados quanto às suas respectivas comunidades em geral, atuando direta e indiretamente no desenvolvimento local, além de estarem conectadas com as metas globais do país para os ODS. Esse papel foi possível graças à sua capacidade de sensibilizar e mobilizar recursos materiais e imateriais, impulsionando processos de confiança, coesão e cooperação entre os atores locais em torno de objetivos comuns. Destaca-se, ainda, a capacidade de manter-se norteada por valores e princípios intrínsecos ao sistema cooperativista, o que torna sua atuação de caráter voluntária e espontânea, não necessariamente instrumental (aguardando reconhecimento enquanto postura diferenciada).

Vale ressaltar que os resultados apresentados, pela análise acerca da Credcooper, não encerram sua participação enquanto promotora do desenvolvimento local. Ao contrário, a partir deles surgem, novos desafios propícios a serem problematizados empiricamente. Um deles, é o entendimento de que seu papel não pode ser de substituição do papel de órgãos e instituições governamentais na promoção do desenvolvimento desses municípios e bem estar da população. Logo, é necessária a articulação para uma ação compartilhada com outras entidades do poder público e da sociedade civil nos municípios de sua base.

Por fim, para além dos resultados encontrados e discutidos, este estudo também visou estabelecer um referencial analítico baseado em distintas dimensões de verificação empírica e passível de ser replicado em outras experiências dessa natureza. Com isso, espera-se que a realização de novos estudos, abrangendo diferentes contextos e particularidades problematizáveis, auxilie cada vez mais na busca por novos conhecimentos qualificados sobre a dinâmica do cooperativismo no território brasileiro, contribuindo assim para sua melhor compreensão e disseminação como instrumento viável de organização socioeconômica.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, 2000.
- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. **Capital social e empreendedorismo local**: proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- ALVES, F. *et al.* **Análise da relação entre créditos do Pronaf e diversificação da produção agrícola em estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil (2006 – 2017)**. Brasília: Ipea, 2022. (Texto para Discussão, n. 2815).
- BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Panorama do sistema nacional de crédito cooperativo**. Bacen/M.E.: Brasília, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 2009.
- BARON, S.; FIELD, J.; SCHULLER, T. (Ed.). **Social capital: critical perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- BRANDÃO, C. Pactos em territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 45, 2008.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- BÚRIGO, F. L. **Cooperativismo de crédito rural**: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte? Chapecó: Argos, 2007.
- CANÇADO, A. C.; GONTIJO, M. H. Princípios cooperativistas: origem, evolução e influência na legislação brasileira. Encontro de Investigadores Latino-Americano de Cooperativismo, **Anais...**, v. 3, 2005.
- DALLABRIDA, V. R.; SIEDENBERG, D. R.; FERNÁNDEZ, V. R. Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. **Desenvolvimento em Questão**, v. 2, n. 4, 2004.
- FERREIRA, M. A. M.; GONÇALVES, R. M. L.; BRAGA, M. J. Investigação do desempenho das cooperativas de crédito de Minas Gerais por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA). **Revista Economia Aplicada**, v. 11, n. 3, 2007.
- FRANTZ, W. **Caminhos para o desenvolvimento pelo cooperativismo**. Ijuí/RS: Ed. UNIJUÍ, 2003.
- FREITAS, A. F. *et al.* Organização do quadro social (OQS): uma inovação institucional na gestão social de cooperativas. **Revista Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 1, 2010.
- GAWLAK, A. **Cooperativismo**: primeiras lições. Brasília: SESCOOP, 2010.
- HOLYOAKE, G. J. **Os 28 tecelões de Rochdale**. Porto Alegre: WS Editor, 2005.

IKE, M. et al. The process of selecting and prioritising corporate sustainability issues: Insights for achieving the Sustainable Development Goals. **Journal of Cleaner Production**, n. 236, 2019.

JESUS, T. A.; SARMENTO, M.; DUARTE, M. Ética e responsabilidade social. **Dos Algarves: a multidisciplinary e-journal**, v. 29, p. 3-30, 2017.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIMA, R. E.; AMARAL, H. F. Inadimplência nas cooperativas de crédito de livre admissão. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 5, n. 12, 2011.

MEINEN, E. **Aspectos jurídicos do cooperativismo**. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2002.

MEINEN, E.; PORT, M. **O cooperativismo de crédito: ontem, hoje e amanhã**. Brasília: CONFEBRAS, 2012.

MENDONÇA, C. **Tratado de direito comercial brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1957.

MENEZES, A. **Cooperativismo para as escolas de II grau**. Brasília: Gráfica OCB, 1992.

MENEZES, C. L.; LAJUS, M. L. S. Cooperativismo de crédito e desenvolvimento. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 14, n. 2, p. 294-313, 2015.

PEREIRA, C. M.; SILVA, S. P. A nova lei de cooperativas de trabalho no Brasil: novidades, controvérsias e interrogações. **Mercado de Trabalho: acompanhamento e análise**, IPEA, n. 53, 2012.

PEREIRA, E. A.; FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F. O papel da Coopeixe no desenvolvimento do território da pesca e aquicultura do Médio São Francisco, Minas Gerais. **Revista Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 24, 2013.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PUTNAM, R. **Making Democracy Work**. Civic Traditions in Modern Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.

SABOURIN, E. (Org.). Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural. **Cadernos do CEAM**, Brasília, n. 23, p. 51-93, 2006.

SABOURIN, E. Multifuncionalidade relações não-mercantis: manejo de recursos comuns no Nordeste. **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, 2010.

SANTOS, A. C. L. **Cooperativismo: entre os princípios teóricos e o desenvolvimento viável, um estudo de caso**. 1998. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 1998.

SANTOS, B. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SCHNEIDER, J. O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Revista Otra Economía**, v. 9, n. 16, 2015.

SILVA, S. P. **Trabalho associativo, identidades territoriais e desenvolvimento sustentável: o caso da associação de apicultores da região do Alto Turi maranhense**. Brasília: Ipea, 2014a. (Texto para Discussão, n. 1945)

SILVA, S. P. Mediação social e incidência territorial de políticas públicas de desenvolvimento rural no Médio Jequitinhonha/MG. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 19, n. 65, 2014b.

A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, nº 2076).

SILVA, S. P. **Economia solidária e finanças de solidariedade: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil**. Brasília: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2.270)

SILVA, S. P. **Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2020.

SILVA, S. P.; ROCHA, C. C. Cooperativa Pindorama: um histórico de trabalho coletivo e desenvolvimento territorial. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, Ipea, n. 56, 2014.

SILVA, S. P.; CIRÍACO, J. S. O Programa Agroamigo em municípios de Minas Gerais: incidência territorial e efeitos sobre agregados econômicos. **Revista Econômica do Nordeste**, 54, sup. Esp., p. 253-273, 2023.

SILVA, E. A. M.; BURIGO, F. L.; CAZELLA, A. A. Cooperativismo e interesse pela comunidade: o sétimo princípio cooperativista como promotor do desenvolvimento sustentado no cooperativismo de crédito – Cresol Vale Europeu. 58º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). **Anais...**, Foz do Iguaçu/PR, 2020.

TENÓRIO, F. G. **Responsabilidade social empresarial**. Editora FGV, 2015.

TONNEAU, J. P.; CUNHA, L. H. Pesquisas em desenvolvimento territorial no semi-árido. **Revista Raízes**, v. 24, n. 1, 2005.

TRIVIÑOS, A. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALADARES, J. H. **Participação e poder: o comitê educativo na cooperativa agropecuária**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Lavras, UFLA, 1995.

VALADARES, A. A. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): uma revisão bibliográfica (2009-2019)**. Brasília: Ipea, 2021. (Texto para Discussão, nº 2706).

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 1998.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WESTLEY, Glenn D., SHAFFER, Sherrill. Credit union policies and performance in Latin America. **Journal of Banking & Finance**, n. 23, 1999.

Contribuição de Autoria

1 - Everton Alves Pereira

Mestre em Extensão Rural, pesquisador do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS) da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

<https://orcid.org/0000-0002-7518-2414> - everton.a.pereira@ufv.br

Contribuição: Conceituação, Análise formal, Escrita – primeira redação, Investigação, Metodologia, Supervisão, Validação

2 - Sandro Pereira Silva

Doutor em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. Técnico de Planejamento e Pesquisa no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

<https://orcid.org/0000-0002-8836-0128> - sandro.pereira@ipea.gov.br

Contribuição: Análise formal, Curadoria, Investigação, Metodologia, Supervisão, Validação, Visualização de dados (tabela), Escrita – revisão e edição

3 - Fabio Junio de Carvalho

Graduado em Geografia. Assessor de Gestão de Negócios II do Sicoob Credcooper.

<https://orcid.org/0009-0005-4107-8044> - fabiocarvalho82.fc@gmail.com

Contribuição: Curadoria, Visualização de dados (tabelas), Validação

Como citar este artigo

Pereira, E. A.; Silva, S. P.; Carvalho, F. J. de. Cooperativismo e desenvolvimento local: uma análise da atuação estratégica da Credcooper de Caratinga/MG. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**. Santa Maria, v.10, n.19, e68296, 2023. DOI 10.5902/2359043268296. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2359043268296>